

**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA - FAEB  
COMISSÃO DE PECUÁRIA DE LEITE**

**PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
DA PECUÁRIA DE LEITE DA BAHIA -  
VERSÃO 95**

**JUNHO - 1995  
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA - FAEB**

## **DIRETORIA**

### **PRESIDENTE**

Angelo Mario de Carvalho e Silva

### **1.º VICE**

Fernando de Figueiredo Pimenta

### **2.º VICE**

Mario Sabino Costa

### **DIRETOR-SECRETÁRIO**

Antonio Manoel de F. Carvalho

### **2.º DIRETOR-SECRETÁRIO**

Demosthenes Soares dos S. Filho

### **DIRETOR-TESOUREIRO**

Evandro Mota Araujo

## **COMISSÃO DE PECUÁRIA DE LEITE**

### **PRESIDENTE**

Carlos José Silva Machado

### **MEMBROS**

Adalício Oliveira

Marcelo Koch Gomes dos Santos

Renato Cortes Quadros

### **SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Sérgio Nobre

## Colaboraram na elaboração deste documento:

Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. - DESENBANCO

Betânia

CEPLAC

Cooperativa Central de Laticínios da Bahia - CCLB

Cooperativa Grapiúna de Agropecuaristas Ltda. - COOGRAP

Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário - EBDA

Escola de Medicina Veterinária - UFBA

Fundação José Carvalho

Leite Glória

NESTLÉ

PARMALAT

SEBRAE/BA

Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia - SEAGRI

# PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DE LEITE DA BAHIA - VERSÃO 95

## ÍNDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO .....	01
2. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA .....	03
2.1. Nova Realidade da Economia Brasileira .....	03
2.2. O Problema .....	05
3. CONDICIONANTES DA PRODUTIVIDADE EXTERNOS À PROPRIEDADE .....	07
3.1. Conhecimento Tecnológico - Aspectos Institucionais .....	07
3.2. Funcionamento do Sistema de Preços .....	09
3.3. Disponibilidade de Recursos Financeiros .....	15
3.4. Estabilidade da Economia .....	16
3.5. Sistema Tributário .....	16
4. CONDICIONANTES DA PRODUTIVIDADE INTERNOS À PROPRIEDADE .....	19
4.1. Conhecimento Tecnológico do Produtor .....	19
4.2. Adestramento de Mão-de-Obra .....	20
4.3. Economias de Escala .....	21
5. DESTINO DO PEQUENO PRODUTOR DE LEITE .....	26
6. CONCLUSÕES .....	28
7. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RECEPÇÃO DE LEITE POR EMPRESA DE LATICÍNIO DA BAHIA .....	29

# **PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DE LEITE DA BAHIA - VERSÃO 95<sup>1</sup>**

## **1. INTRODUÇÃO**

O documento ora apresentado é de autoria da Comissão de Pecuária de Leite da Federação da Agricultura do Estado da Bahia. A FAEB, como órgão de representação política do produtor rural da Bahia, entende que há necessidade de estimular o desenvolvimento da pecuária leiteira baiana, que apresenta níveis muito baixos de produtividade. O documento contém diretrizes para esse desenvolvimento, as quais deverão orientar as ações tanto da própria FAEB quanto de todas as instituições, públicas e privadas, envolvidas com a economia leiteira da Bahia.

O documento é organizado em quatro partes. Inicialmente, é feita uma caracterização do problema, inserindo-o na nova realidade da economia brasileira, analisando o principal problema da pecuária leiteira da Bahia, que é a baixa produtividade dos fatores de produção, terra, mão-de-obra e capital.

A segunda parte do documento examina os condicionantes da produtividade externos à propriedade: conhecimento tecnológico (aspectos institucionais), funcionamento do sistema de preços, disponibilidade de recursos financeiros, estabilidade da economia e sistema tributário. A análise desses condicionantes, além de oferecer orientações para as instituições envolvidas, mostra que a solução de boa parte dos problemas do produtor de leite está fora da propriedade e exige ações de natureza, eminentemente, política.

A terceira parte trata dos condicionantes da produtividade internos à propriedade: conhecimento tecnológico (aspectos do produtor), adestramento de mão-de-obra e economias de escala. A capacitação do produtor e de seus empregados ao lado de maior

---

<sup>1</sup> Trabalho elaborado por Sebastião Teixeira Gomes, Professor da Universidade Federal de Viçosa, MG, e Consultor da FAEB. Escrito em junho de 1995. Trabalho solicitado pela FAEB.

escala na produção, foi considerada como importante aspecto na modernização da pecuária leiteira baiana.

A quarta e última parte refere-se ao destino do pequeno produtor de leite. Na análise dos caminhos que deverá seguir a pequena produção, fica evidenciado que nem todos passarão pela mesma trilha. Aqueles que optaram pela modernização dependerão muito da agroindústria do leite (cooperativas e laticínios particulares), para alcançarem seus objetivos.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA**

### **2.1. Nova Realidade da Economia Brasileira**

A economia brasileira passa por profundas modificações estruturais, com reflexos em todos os setores, inclusive na atividade leiteira. Entre os aspectos dessa nova realidade destacam-se os seguintes:

a) Maior abertura comercial em relação ao mercado internacional - Pelo seu porte, a economia brasileira é considerada uma das mais fechadas do mundo, e o governo tem implementado medidas de mudanças significativas nesse aspecto. A partir do final dos anos 80 e início de 90, diversas decisões governamentais foram tomadas, de modo a abrir a economia brasileira para o mercado internacional. A principal consequência desse comportamento é a necessidade de aumentos de produtividade e de melhoria da qualidade, de modo a tornar o produto brasileiro competitivo em relação ao de outros países.

b) Urbanização - Em média, cerca de 80% da população brasileira reside no meio urbano. Embora em algumas regiões a urbanização seja menos intensa (no Nordeste, por exemplo), ainda assim ela é uma realidade. Se por um lado a urbanização reduz a disponibilidade de mão-de-obra no setor rural, por outro, aumenta a demanda de alimentos. Hoje, o maior contingente de pessoas pobres encontra-se nas cidades, daí o grande impacto social de oferta de alimentos a preços decrescentes.

c) Falência do Estado - O Estado brasileiro, em níveis federal, estadual e municipal, passa por sérios problemas financeiros, daí a necessidade de completa redefinição de seus papéis no processo de desenvolvimento econômico. Já não se podem mais esperar políticas públicas que impliquem maciços investimentos do governo; caso se faça promessa, esta não será cumprida. Essa característica é particularmente importante para os líderes rurais, para que façam reivindicações compatíveis com a realidade atual. Não se pode imaginar que nada compete ao governo na modernização dos sistemas de produção da agricultura brasileira; entretanto, o que se deve reivindicar agora é muito diferente das reivindicações dos anos setenta, época de opulência do Estado brasileiro.

d) Liberalização da economia - A atividade leiteira passou por profundas mudanças após a liberalização do preço do leite, no final de 1991. O tabelamento de quase meio século deixou, como herança, graves distorções na economia do setor leiteiro. Não se pode negar que um dos principais fatores que contribuíram para a estagnação da pecuária leiteira brasileira tenha sido o tabelamento de preço.

e) Avanço da agroindústria - Em todas as atividades do setor agropecuário brasileiro observa-se grande avanço da agroindústria, tanto a montante quanto a jusante dos sistemas de produção. Existe relação positiva entre a penetração da agroindústria e a modernização da atividade agrícola, o que significa que quanto mais o capital industrial penetra na agricultura, maior é a modernização da atividade. A avicultura é, com certeza, o exemplo mais forte desse processo. Por outro lado, a pecuária leiteira é, no outro extremo, um exemplo de estagnação tecnológica, em razão da fragilidade dos elos que unem a produção de leite às indústrias laticinistas e de insumos.

f) Definição de processos industriais e de produção pelo consumidor - O processo de desenvolvimento sócio-econômico do País está invertendo o modelo, segundo o qual primeiro se produz, para depois criar a demanda para consumir o que foi produzido. Atualmente, o consumidor, de acordo com suas preferências e possibilidades, é que define os rumos do mercado. O leite longa vida é um bom exemplo da força do consumidor.

## **2.2. O Problema**

A característica mais marcante da pecuária leiteira da Bahia é a baixa produtividade dos fatores de produção, ou seja, a baixa produtividade da terra (litros/hectare), da mão-de-obra (litros/dia-homem) e do capital (litros/vaca). Ainda que existam raras e honrosas exceções, a grande maioria dos produtores baianos apresenta níveis muito baixos de produtividade na atividade leiteira. Aliás, tais exceções servem para confirmar que também na Bahia é possível produzir leite com alta produtividade.

De acordo com o IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, em 1990, o Estado da Bahia produziu 743.774.000 litros de leite, com 1.592.971 vacas ordenhadas. Isso significa uma produtividade média de 467 litros/vaca ordenhada/ano. Em 1991, os números foram: 795.127.000 litros, 1.652.824 vacas ordenhadas e 481 litros/vaca ordenhada/ano.

A Bahia produz 5% do total de leite do Brasil, possui 8% das vacas ordenhadas do País e a produtividade baiana é apenas 62% da do Brasil, que é uma das mais baixas do mundo. Apesar de possuir enorme potencial para a produção de leite, este Estado, com vasta extensão territorial, não alcançou sua auto-suficiência. Por isso, é obrigado a realizar, todos os anos, maciças importações de leite em pó de outros estados brasileiros ou até mesmo de outros países.

Historicamente, a cultura do cacau sempre representou o principal destaque da economia agrícola da Bahia, especialmente das regiões sul e sudeste. Em razão dos enormes problemas enfrentados por essa cultura, abrem-se novas perspectivas para a ampliação da atividade leiteira. Entretanto, tal ampliação só será sustentada se for realizada com elevada produtividade, visto que a crescente concorrência do leite do Sudeste e até mesmo do Sul do Brasil, além do leite do mercado internacional, inviabilizará sistemas de produção com baixa produtividade e, por conseqüência, com elevados custos.

Identificada a baixa produtividade como principal problema e reconhecida a necessidade de sua elevação, resta examinar os fatores que condicionam o aumento dessa produtividade. A análise desses condicionantes leva, naturalmente, à definição dos instrumentos que devem ser acionados, objetivando o aumento da produtividade da pecuária de leite da Bahia. São os seguintes: a) conhecimento tecnológico, b) adestramento da mão-de-obra, c) economia de escala, d) funcionamento do sistema de preços, e) disponibilidade de recursos financeiros, f) estabilidade da economia, e g) sistema tributário.

### **3. CONDICIONANTES DA PRODUTIVIDADE EXTERNOS À PROPRIEDADE**

#### **3.1. Conhecimento Tecnológico - Aspectos Institucionais**

No que se refere ao conhecimento tecnológico, existem alguns componentes externos e outros internos à propriedade. Os externos estão relacionados com as instituições que geram e, ou, difundem conhecimentos tecnológicos. Na análise dos aspectos do conhecimento tecnológico externos à propriedade, merece destaque a discussão sobre o Estado e sobre a iniciativa privada na assistência técnica ao produtor de leite. Na Bahia, o Estado é representado pela EBDA, e a iniciativa privada, pelas cooperativas e laticínios. A pergunta que se faz é a seguinte: a EBDA tem condições de assistir, tecnicamente, a todos os produtores de leite da Bahia? A resposta é não, em razão das limitações de recursos humanos e financeiros, bem como do elevado número de produtores. Aliás, é oportuno esclarecer que essa incapacidade do Estado em prestar assistência técnica a todos os produtores ocorre em todo o território brasileiro. Portanto, é inócua a estratégia de pressionar a EBDA para assistir a todos os pecuaristas, porque isso não acontecerá. Nesse caso, o que deve ser feito é uma divisão de trabalho entre a EBDA e a iniciativa privada.

Em diversas regiões do País, a assistência técnica prestada pela iniciativa privada é realizada pelo credenciamento de agrônomos, zootecnistas e veterinários, feito pelas cooperativas e pelos laticínios. Essa estratégia reduz o custo da assistência (não há vínculo empregatício), aumenta o mercado de trabalho de técnicos da própria região e garante assistência de boa qualidade, visto que o produtor paga parte dos custos, o que garante contínua avaliação dos benefícios dessa assistência. Nesse processo existe espaço para a FAEB realizar as seguintes atividades: catalogar os técnicos disponíveis, elaborar contrato-padrão de prestação de assistência técnica e viabilizar treinamentos específicos para os técnicos.

Experiências observadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo (maiores produtores de leite do Brasil) mostram que a assistência técnica privada ocorre, principalmente, entre os médios e grandes produtores. As exigências desses produtores

conduzem a uma seleção natural dos técnicos; em outras palavras, não são todos os credenciados que têm demanda, mas apenas aqueles que trazem retornos ao produtor.

Outra estratégia também já observada em algumas regiões do País diz respeito à assistência técnica a grupos de produtores sem a interveniência de cooperativas e, ou, dos laticínios. Os produtores assistidos têm contrato de prestação de serviços com o técnico, o qual pode ser suspenso quando uma das partes julgar conveniente. Também nesse caso a FAEB pode desempenhar as mesmas atividades citadas anteriormente.

À EBDA, como órgão oficial do governo da Bahia, cabe, de modo geral, gerar e difundir tecnologia. Nesse processo, existe espaço que só cabe à EBDA, visto que ele não deverá ser ocupado pela iniciativa privada. A pesquisa e a assistência ao pequeno produtor são atribuições específicas do Estado, o que não significa que a EBDA não poderá também assistir ao médio e ao grande produtor. Todavia, para tais produtores há possibilidade de parceria com a assistência técnica privada, o que não acontece com o pequeno produtor. Nesse contexto, cabe à EBDA desenvolver as seguintes atividades:

- Realizar pesquisas sobre recuperação de pastagens degradadas.
- Manter um banco de germoplasma de gramíneas e leguminosas.
- Implantar e manter dois sistemas de produção de leite em suas terras, os quais sirvam de referência tecnológica para os produtores da Bahia. Para o semi-árido, um sistema com o gir leiteiro, e para a região subúmida, um sistema com gado mestiço Holandês x Zebu.
- Realizar o acompanhamento de fazendas com registros zootécnicos e econômicos.
- Implantar unidades de demonstração com técnicas cuja eficácia já é conhecida: cana + uréia, pastejo de capim-elefante, mistura mineral.
- Implantar unidades de observação com técnicas cuja eficácia precisa ser comprovada: palma forrageira, leucena para feno.
- Organizar grupos de produtores (especialmente de pequenos produtores), para facilitar a compra de insumos e a venda da produção em comum.
- Elaborar planos de administração da atividade leiteira.
- Organizar dias-de-campo e excursões, objetivando mostrar o modo correto de conduzir a atividade leiteira.

- Prestar assistência técnica individual ou coletiva aos produtores de leite.

Nesta seção, foram abordados apenas aspectos institucionais do conhecimento tecnológico. Questões específicas sobre o produtor e sobre a adoção de tecnologia serão tratadas na seção de condicionantes da produtividade internos à propriedade.

### **3.2. Funcionamento do Sistema de Preços**

O funcionamento do sistema de preços é, sem dúvida, um dos principais condicionantes do aumento da produtividade da atividade leiteira. Para que isso aconteça, o que se deseja é a estabilidade dos preços. Aliás, a agricultura brasileira é rica em exemplos que confirmam a associação positiva entre estabilidade de preço do produto e aumento da produtividade. Em outras palavras, produtos com preços estáveis aumentam, significativamente, a produtividade. Isso é fácil de se explicar, porque com preços estáveis a renda também é estável, viabilizando investimentos em tecnologia e, por consequência, aumentos de produtividade. Por outro lado, a instabilidade de preços do leite reflete a própria instabilidade da economia e, principalmente, a sazonalidade da produção. Tal sazonalidade é maior em regiões de baixo nível tecnológico, como é o caso da Bahia. O exame dos dados do Quadro 1 mostra que a produção de leite chega a dobrar, quando se comparam os meses de menor e de maior produção.

A instabilidade do preço do leite é prejudicial ao produtor especializado, uma vez que seus custos de produção são estáveis durante o ano. O produtor não-especializado ou safrista acomoda-se com mais facilidade a essa realidade, em razão do extrativismo de seu sistema de produção.

A sazonalidade da produção pode ser ruim para a indústria, uma vez que o funcionamento com quantidades irregulares resulta em capacidade ociosa e em elevação dos custos de industrialização. Entretanto, a lógica desse raciocínio pode não funcionar para a indústria, se considerar a hipótese de importação a preços baixos artificialmente (leia-se subsídio) de derivados lácteos. Aí, o que era ruim para a indústria passa a ser um bom

negócio. Deve-se registrar que o consumidor não se apropria dos possíveis benefícios da importação subsidiada, visto que os derivados lácteos não reduzem os preços nos períodos em que as importações são realizadas.

Quadro 1 - Índices de quantidade de leite recebida pela indústria

Meses	Índices de Quantidade		
	Parmalat <sup>1</sup>	CCLB <sup>2</sup>	COOGRAP <sup>1</sup>
Outubro	100	100	100
Novembro	119	105	102
Dezembro	180	134	139
Janeiro	202	117	157
Fevereiro	180	125	137
Março	182	159	152
Abril	168	142	132
Maio	142	136	121
Junho	137	119	110
Julho	149	144	109
Agosto	133	135	108
Setembro	112	115	97

<sup>1</sup> Dados de 1991 e 1992, referentes às unidades: Amargosa, Feira de Santana, Itororó, Jacobina, Mundo Novo, Pojuca, Riachão do Jacuípe, Senhor do Bonfim e Vitória da Conquista.

<sup>2</sup> Dados de 1992, referentes à soma da captação direta e da captação via filiadadas.

<sup>3</sup> Dados de 1994.

O comportamento atual do mercado de leite não estimula, convenientemente, a modernização da produção. Todavia, a indústria laticinista exerce influência significativa nessa situação, graças à compra de matéria-prima barata na safra e à importação subsidiada na entressafra. Fechando a porta das importações subsidiadas no país de origem, o caminho fica mais curto em direção ao produtor especializado, à redução de custo de produção e à posterior queda do preço do leite, sem contudo reduzir o lucro do produtor, porque ele o compensará, com o aumento da produtividade.

Para que o sistema de preço possa, efetivamente, contribuir para a modernização da pecuária leiteira da Bahia, duas questões são fundamentais: cota de produção e preço-base acrescido de bonificação.

Em razão de diferenças de clima e solo na Bahia, há necessidade de dois períodos para a formação da cota de produção: para as regiões sul e sudoeste, nos meses de junho, julho, agosto e setembro; para as demais regiões do estado, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro.

Para que o sistema de cota e excesso seja um instrumento de modernização, duas condições são importantes: significativa diferença no preço do leite - cota em relação à do leite - excesso e credibilidade do instrumento, isto é, deve ser aplicado em todos os anos, mesmo naqueles de menor produção. As negociações entre laticinistas e FAEB (como representante do produtor) devem acontecer apenas sobre o leite-cota.

O preço diferenciado entre leite-consumo e leite-indústria deve existir para ajustar as particularidades de cada mercado. Como parâmetro indicador de negociação, sugere-se que o preço recebido pelo produtor pelo leite cota-consumo, seja igual a 50% do preço pago pelo revendedor (varejista) pelo leite C pasteurizado. Sugere ainda que o preço recebido pelo produtor pelo leite cota-indústria seja, no mínimo 80% do preço recebido pelo leite cota-consumo.

No que se refere ao sistema de preço-base acrescido de bonificações, recomenda-se que estas sejam operacionalizadas de acordo com a quantidade e com a qualidade do leite entregue ao laticínio. A bonificação por quantidade deve ser em percentual sobre o preço-base do leite, conforme indica o Quadro 2.

Quadro 2 - Estratos de produção e bonificação por quantidade de leite

Estratos de produção (litros/dia)	Bonificação (% do Preço - Base do Leite)
De 100 a 200	6
De 201 a 500	8
Mais de 500	10

Quanto à qualidade, o sistema proposto recomenda uma bonificação pela qualidade do leite entregue na plataforma da usina, a qual deve ser um percentual sobre o preço-base do leite recebido pelo produtor. Os parâmetros propostos para avaliar a qualidade do leite são: redutase e temperatura que tem o leite ao chegar à plataforma da usina.

O teste de redutase, utilizando o azul de metileno ou a resazurina, constitui um método indireto bastante rápido, para determinar a qualidade bacteriológica do leite, em função da taxa metabólica dos diversos microrganismos que produzem substâncias redutoras no leite.

O teste aplica-se bastante bem ao leite de qualidade mediana e pobre, sendo pouco sensível ao produto de boa qualidade com reduzido número de microrganismos. Entretanto, os microrganismos termodúricos e psicrotróficos são menos ativos na redução do azul de metileno e de outros microrganismos. O teste também é mascarado na presença de antibióticos, embora ele possa, mesmo com essas limitações, ser aplicado na maioria dos casos. Em razão de sua simplicidade e de seu baixo custo, esse teste é recomendado como parâmetro geral para avaliar a qualidade do leite.

A lógica do teste de redutase é a pressuposição de que o tempo de redução do corante, em razão do abaixamento do potencial de oxiredução, esteja relacionado com o número de bactérias presente no leite.

No sistema proposto, o teste de redutase terá uma frequência semanal, o que significa que o cálculo da bonificação também será semanal, embora o pagamento dessa bonificação seja realizado nas épocas normais de pagamento do leite.

Combinando com o teste de redutase, a temperatura que tem o leite ao chegar à plataforma da usina é outro parâmetro a receber bonificação, visto que o frio é importante para evitar a deterioração da qualidade do leite, reduzindo a taxa de multiplicação dos microrganismos. Para isto, recomenda-se o resfriamento à temperatura de até 5°C. Evidentemente que apenas o frio não garante melhoria de qualidade, daí ser recomendado, como parâmetro de qualidade, o binômio frio e redutase, de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3 - Tempo de descoramento (teste de redutase) e bonificação por qualidade do leite

Tempo de descoramento (horas)	Bonificação (% do preço-base do leite)	
	Leite em temperatura ambiente	Leite frio (até 5° C)
De 2 a 3 h	6	12
Mais de 3 h	8	16

Os parâmetros descritos anteriormente não incluem as análises já tradicionais em grande parte dos laticínios: teor de matéria gorda, teste de alizarol e crioscopia. Esses testes, com certeza, continuarão a ser realizados nos padrões habituais.

### 3.3. Disponibilidade de Recursos Financeiros

No que se refere à disponibilidade de recursos financeiros para a pecuária de leite do estado da Bahia, quatro pontos devem merecer maior atenção:

- a) A maior necessidade de recursos é para investimento, especialmente alimentação do rebanho e melhoria genética dos animais.
- b) A taxa de juros deve ser compatível com a rentabilidade da atividade leiteira.
- c) A redução de recursos financeiros provenientes de fontes oficiais tem forçado o aparecimento de fontes alternativas em diversos produtos da agricultura brasileira. As principais fontes alternativas de financiamentos existentes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil são: indústria de máquinas, motores e equipamentos, indústria de insumos agrícolas (adubos, sementes, defensivos), cooperativas agrícolas e laticínios particulares. A tendência desse modelo de financiamento é aumentar seu espaço na agropecuária brasileira.

d) O pagamento do empréstimo pela equivalência-produto é um caminho já iniciado e deve ser seguido com mais intensidade. Essa estratégia é boa para a pecuária de leite, porque facilita o planejamento da atividade, reduzindo o risco de inadimplência.

### **3.4. Estabilidade da Economia**

Ainda que o setor agrícola tenha importante papel na manutenção do equilíbrio da economia brasileira, a estabilidade econômica depende mais de políticas macroeconômicas. Todavia, o setor agrícola deve desejar fortemente tal estabilidade, porque muito se beneficia dela. No caso particular do leite, os benefícios ocorrem tanto do lado da demanda quanto da oferta. A estabilidade econômica tem como consequência o aumento de renda real da população, que, por sua vez, aumenta muito a demanda de leite e derivados, pela elevada sensibilidade desses produtos à variação de renda

Do lado da produção, os benefícios da estabilidade econômica ocorrem pela estabilidade dos custos de produção e pelo aumento do preço real (corrigido) do leite, em razão das perdas pelo prazo de pagamento quando a economia não está estabilizada.

Por tudo isso, o setor leiteiro deve “torcer” para a continuidade da estabilidade econômica, e, se for o caso, até mesmo contribuir para que ela permaneça.

### **3.5. Sistema Tributário**

O último condicionante da produtividade externo à propriedade, a ser examinado nesse documento, diz respeito ao sistema tributário.

É de conhecimento geral, entre os empresários, que o sistema tributário brasileiro tem carga elevada de impostos e tarifas, além de ter efeito perverso na distribuição de renda e de não estimular a produção. Tais características são ainda mais preocupantes num quadro de abertura comercial, uma vez que o produto brasileiro compete com o de outros países onde a carga tributária é muito menor.

O MERCOSUL é um bom exemplo de distorções decorrentes de cargas tributárias diferentes entre os países. Pesquisa realizada por LOPES e JANK<sup>2</sup>, sobre a competitividade do leite no Brasil e na Argentina, indica que o decréscimo da renda líquida da cadeia agroindustrial do leite é maior no Brasil, que na Argentina (Quadro 4).

Quadro 4 - Efeito das políticas públicas sobre a rentabilidade da cadeia agroindustrial do leite. Dados em porcentagem

Tipos de leite e países	Impostos	Tarifas	Ambos
Argentina (Santa Fé e Córdoba)	-50	-22	-59
Brasil (Leite C)	-67	-32	-73
Brasil (Leite B)	-71	-45	-78

Fonte: LOPES e JANK, Agroanalysis, janeiro 1995.

Os resultados dessa pesquisa indicam que há perda de rentabilidade da cadeia agroindustrial do leite, decorrente de políticas públicas tanto no Brasil quanto na Argentina. Entretanto, a comparação entre esses dois países mostra que tal perda é maior no Brasil, em 14 pontos percentuais no leite C e 19, no leite B. Em outras palavras, as políticas públicas da Argentina penalizam menos seus produtores, que as políticas do Brasil penalizam os produtores brasileiros. Isso se traduz numa competição danosa ao produtor nacional e recomenda a inclusão do leite na lista de exceções do MERCOSUL.

O sistema tributário é da maior importância na economia leiteira, em virtude dos seguintes argumentos:

<sup>2</sup> Mauro de Rezende Lopes e Marcos Sawaya Jank, Agroanalysis, janeiro 1995.

- a) O Brasil não é auto-suficiente no abastecimento de leite e derivados, o que o obriga a recorrer, constantemente, ao mercado internacional, com volumosas importações.
- b) O mercado internacional de derivados lácteos é distorcido pelos pesados subsídios dos países ricos, que também são os exportadores.
- c) O Brasil deve solicitar a aplicação de tarifas compensatórias, para compensar os subsídios do mercado internacional.
- d) O Brasil, atualmente, tem um Imposto de Importação de 33% sobre o leite em pó (exceto no MERCOSUL, onde o imposto é zero), e a Argentina tem um imposto de importação de 17%. Isso pode viabilizar importações da União Européia (principal fornecedor do Brasil) pela Argentina, sendo repassadas ao Brasil, com imposto de importação de apenas 16%. É a chamada operação triangular.

Finalmente, deve-se registrar que o sistema tributário tem efeitos importantes sobre o produtor de leite da Bahia, e cabe à FAEB, como seu representante político, desenvolver ações que originem um sistema tributário capaz de estimular a produção, em substituição a esse que aí está e que penaliza quem quer produzir. Além dos impostos diretos e indiretos sobre os insumos, merece citação o ICMS que incide sobre o produto (leite) penalizando, inicialmente, o consumidor com reflexos no produtor.

## **4. CONDICIONANTES DA PRODUTIVIDADE INTERNOS À PROPRIEDADE**

### **4.1. Conhecimento Tecnológico do Produtor**

O conhecimento tecnológico, como condicionante da produtividade interno à propriedade, refere-se ao produtor de leite e é cristalizado na adoção de tecnologias que fazem parte do sistema de produção.

Ainda que se reconheça que o sistema de produção é um todo, cujos componentes devem funcionar harmoniosamente, existem alguns elementos do sistema com maior capacidade de resposta. No caso da pecuária de leite da Bahia, são esses os elementos: alimentação volumosa suplementar do rebanho e melhoramento genético. Devem-se concentrar esforços, nesse sentido, objetivando oferecer melhor conhecimento tecnológico ao produtor.

A alimentação volumosa suplementar do rebanho para o período da seca deve ser planejada para seis meses, variando o mês inicial e o final, de acordo com a região do estado. A combinação de capineiras, no início da seca, com cana + uréia, silagem e palma forrageira, no final, é a receita que deverá atender à maioria dos produtores.

Quanto ao melhoramento genético do rebanho, existem duas estratégias, a primeira com resposta no curto prazo (compra de matrizes) e a segunda, no longo prazo (compra de reprodutor ou inseminação artificial). A disponibilidade de recursos financeiros orientará o caminho a seguir.

O conhecimento tecnológico é considerado por diversos especialistas no assunto como o mais importante condicionante da modernização da atividade leiteira. Por isto, todos os esforços devem ser conduzidos no sentido de melhor capacitar o produtor baiano, mediante metodologias de assistência individual, dias-de-campo, excursões, unidades de demonstração e o uso de veículos de comunicação, como jornais, revistas, boletins e comunicados.

O entendimento do conceito de conhecimento tecnológico deve ser amplo e não apenas de tecnologia de produção, incluindo também aspectos de administração rural.

As responsabilidades de transmissão desse conhecimento ao produtor são de várias instituições públicas e privadas. À FAEB cabe acompanhar o processo, avaliar os resultados, criar facilidades (especialmente em relação ao mercado). A divulgação periódica de dados sobre preços de insumos e de produtos, custos de produção, abastecimento do mercado contribui, substancialmente, para a capacitação do produtor em questões de administração de sua propriedade.

## **4.2. Adestramento de Mão-de-Obra**

O adestramento de mão-de-obra refere-se ao proprietário (quando ele executa) e, principalmente, aos seus empregados. A atividade leiteira exige mão-de-obra especializada, visto que esta é muito carente em todo o estado da Bahia, onde há falta de pessoas capacitadas para as atividades de vacinação, inseminação artificial, ordenha, cuidados com os bezerros e anotações de registros zootécnicos e econômicos.

O adestramento de mão-de-obra rural conta hoje com um importante aliado, que é o SENAR. Na Bahia, o trabalho é realizado em parceria com a EBDA, cooperativas e laticínios particulares. Nesse processo, cabe à FAEB, por meio dos sindicatos, selecionar os beneficiários do treinamento, bem como monitorar sua execução.

O treinamento de mão-de-obra rural na Bahia tem alcançado significativos resultados; entretanto, estes ainda são muito tímidos em relação às necessidades e ao potencial das estruturas já existentes. À FAEB cabe importante papel na dinamização desse processo.

## **4.3. Economias de Escala**

Economia de escala é a redução do custo médio (custo/litro de leite) decorrente do aumento da produção, que pode ser obtido tanto pelo aumento da produtividade como pelo aumento de área, mão-de-obra e capital (exemplo; vacas em lactação). Na pecuária de leite tais economias ocorrem, principalmente, pela redução do custo fixo médio. O mesmo

homem que administra 50 vacas consegue administrar 80; o mesmo estábulo que abriga uma vaca, que produz 3 litros/dia, abriga outra, que produz 15 litros/dia.

Existem diversas pesquisas que já comprovaram a existência de significativas economias de escala na pecuária de leite. Estudos sobre esse tema possibilitam a determinação de tamanhos ótimos, isto é, de tamanhos que maximizam o lucro. É interessante observar que o tamanho ótimo varia de acordo com a produtividade do rebanho.

Ao analisarem dados de 65 propriedades localizadas na Zona da Mata de Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro, RUFINO e GOMES<sup>3</sup> encontraram os resultados apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Tamanho ótimo de produção de leite, em três estratos de produtividade. Dados de 1988/89

Estratos de produtividade (litros/vaca ordenhada/dia)	Tamanho ótimo (l/dia)
Até 5	106
De 5 a 7	206
De 7 a 10	885

Em outra pesquisa com dados de 120 produtores selecionados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, em 1991, GOMES<sup>4</sup> verificou que, à medida que aumenta a produtividade do rebanho, reduz o custo médio, conforme indica o Quadro 6.

<sup>3</sup> José Luís dos Santos Rufino e Sebastião Teixeira Gomes, Economia de escala em leite, UFV, 1993.

<sup>4</sup> GOMES, Sebastião Teixeira. Tamanho da exploração e produtividade. **Folha de São Paulo**, 09 de junho de 1992, Agrofólia 5-2.



Quadro 6 - Estratos de produtividade do rebanho e custo de produção de leite, em produtores selecionados nos estados de MG, RJ e SP, em 1991

Estratos de produtividade (litros/vaca ordenhada/dia)	Custo de produção (US\$/litro)
Até 5	0,26
De 5 a 7	0,23
De 7 a 10	0,20

O uso dos dados dos Quadros 5 e 6, num trabalho sobre propostas para o desenvolvimento de pecuária leiteira da Bahia, deve ser feito com cautela. Provavelmente para a Bahia, os números serão diferentes, mas com certeza as conclusões serão as mesmas. Daí a validade de se incluírem os resultados das duas pesquisas neste documento.

Preocupações com a escala de produção são importantes na pecuária leiteira da Bahia, em que predominam, em número, os pequenos produtores, de acordo com os dados do Quadro 7.

## Quadro 7 - Distribuição percentual do número de produtores de leite da CCLB

---

Estratos de produção (litros/dia)	Frequência (%)
Até 25	66
De 26 a 50	14
De 51 a 100	10
De 101 a 200	6
Mais de 200	4

---

Fonte: CCLB.

Se por um lado o número de pequenos produtores é a maioria, por outro, o grosso da produção é proveniente dos médios e grandes produtores, conforme indicam os dados do Quadro 8. Produtores de até 100 litros/dia representam, aproximadamente, 80% do total e respondem com apenas 20% do leite recebido pela Parmalat, no início de 95.

Quadro 8 - Distribuição percentual do número de produtores de leite e da produção recebida pela Parmalat. Dados referentes aos meses de janeiro a março de 1995<sup>1</sup>

Estratos de produção (litros/dia)	Janeiro		Fevereiro		Março	
	N.º produtores (%)	Produção (%)	N.º produtores (%)	Produção (%)	N.º produtores (%)	Produção (%)
Até 20	29,12	2,30	26,08	2,43	41,60	7,79
De 21 a 50	23,07	7,45	21,73	7,47	34,40	23,54
De 51 a 100	18,13	12,24	22,98	14,88	16,80	23,51
De 101 a 200	15,38	18,78	16,77	21,60	3,20	7,48
De 201 a 300	7,69	17,00	6,83	14,93	0,80	3,63
De 301 a 500	3,84	12,80	2,48	7,39	2,40	17,47
Mais de 500	2,74	29,38	3,10	31,27	0,80	16,55
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PARMALAT.

<sup>1</sup> Dados das unidades: Jacobina, Mundo Novo, Amargosa, Vitória da Conquista, Itororó e Piritiba.

## 5. DESTINO DO PEQUENO PRODUTOR DE LEITE

Discussões sobre o destino do pequeno produtor rural são tão antigas quanto a própria agricultura. Quase sempre previsões extremadas do tipo “pequeno produtor vai desaparecer” são desmoralizadas com o passar do tempo. A verdade é que o pequeno produtor sobrevive, desafiando explicações que, aparentemente, se baseiam em modelos lógicos.

Em grande parte, o fracasso das previsões decorre da hipótese de que todo o pequeno produtor terá o mesmo destino. A história nos ensina que isso não é verdade. De modo geral, pode-se dividir em três grupos os caminhos seguidos pelo pequeno produtor rural: a) o produtor é totalmente expropriado de seus bens de produção, transformando-se em operário do setor urbano ou do próprio setor rural; b) o produtor fecha-se na sua própria subsistência, garantindo apenas a reprodução de sua família, sendo praticamente insensível aos estímulos do mercado; e c) o produtor transforma-se num pequeno empresário, perseguindo os objetivos de eficiência e da maximização de lucro.

A proporção e a velocidade com que cada um desses três caminhos são perseguidos variam de acordo com a região e com o ambiente econômico.

No caso da atividade leiteira, os argumentos anteriores continuam válidos. Em razão do baixo risco da exploração, da frequência de entrada de dinheiro e da elevada liquidez do capital imobilizado em animais, o pequeno produtor tem grande preferência pela bovinocultura de leite. Por isso é que no Brasil existem 1,87 milhão de produtores, embora apenas 318 mil vendem leite às cooperativas e aos laticínios particulares.

Do ponto de vista de abastecimento, o que interessa é o produtor do terceiro grupo, aquele que se transforma em pequeno empresário. Existem evidências, em algumas regiões do Brasil, que merecem ser examinadas e reproduzidas, como acontece no Rio Grande do Sul e parte do Paraná, regiões estas que alcançam as maiores médias de produtividade do rebanho do País, com a produção baseada em pequenos produtores. Na origem da explicação dessa realidade está a agroindústria do leite, representada por cooperativas e por laticínios particulares.

O modelo adotado nessas regiões subordina o produtor à lógica capitalista da agroindústria, que oferece assistência técnica de boa qualidade e facilidades na aquisição de insumos modernos, ficando o produtor atrelado à agroindústria pelos compromissos assumidos. O aprofundamento dessa relação transforma o produtor num elo do complexo agroindustrial, com a indústria tendo um papel cada vez mais importante na definição do perfil tecnológico. É um processo semelhante ao que acontece entre o abatedouro e o produtor de frango de corte, que são também pequenos produtores, em grande maioria.

Ao adotar um modelo que privilegia o aumento da produtividade e a escala de produção, a busca do maior lucro ocorre pela redução do custo e não pelo aumento do preço do leite. Nas regiões referidas, os preços recebidos pelos produtores não são os mais altos do País; entretanto, com certeza, os lucros obtidos são os maiores possíveis, dentro da restrição de recursos.

É evidente, pela própria lógica capitalista que rege a agroindústria, que esta tem vantagens nesse processo. Entretanto, o produtor também ganha, e isso é o que importa.

## 6. CONCLUSÕES

O objetivo deste documento é oferecer um conjunto de diretrizes que viabilizem o aumento da produtividade e a modernização da pecuária de leite da Bahia. Ao seu término, verificou-se que, além de oferecer tais diretrizes, ele explicita a filosofia de trabalho que devem seguir os produtores e seus representantes. É oportuno salientar que os representantes dos produtores não são apenas os membros da Comissão de Pecuária de Leite da FAEB; são os dirigentes dos sindicatos dos produtores e também das cooperativas e laticínios particulares.

Duas foram as principais conclusões que se podem extrair deste documento: a) em razão das enormes dificuldades financeiras do Estado brasileiro, em todos os níveis, não se pode pensar em repetir o modelo de desenvolvimento dos anos 70, quando o Estado era rico e maciços recursos foram alocados para a agricultura. A solução dos problemas dos produtores de leite da Bahia, em grande parte, está nas mãos dos produtores e, especialmente, de seus líderes. Evidentemente que essa conclusão não significa que ao Estado não cabe nenhum papel no processo de desenvolvimento; existem atribuições que só cabem ao Estado, essa função deve ser cobrada dele. b) A remoção dos condicionantes da produtividade da pecuária de leite depende tanto de ações interna quanto externa à propriedade. No que se refere aos condicionantes externos à propriedade, depende, principalmente, de ações de natureza política. Nesse contexto, cabe à FAEB e aos sindicatos filiados, como órgãos de representação política do produtor, um papel importante na oferta de facilidades para a modernização da pecuária leiteira da Bahia.

## 7. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RECEPÇÃO DE LEITE POR EMPRESA DE LATICÍNIO DA BAHIA

Município	Empresas	%
Amargosa	Parmalat	1,1096
Baixa Grande	Laticínio Baixa Grande	0,6935
Capela do Alto Alegre	Betânia	2,7739
Cícero Dantas	Laticínio Buriil Ltda.	1,3870
Conde	Laticínio Buriil Ltda.	0,2773
Entre Rios	Fundação José Carvalho	0,5548
Esplanada	CCLB	0,6935
Feira de Santana	Betânia	0,6935
	CCLB	1,3870
	Parmalat	1,3870
	Vargas Venturin	0,5548
Guanambi	Cooleite	0,6935
Ibicuí	Nestlé	1,9417
Ibicuí (Ibitupã)	Nestlé	1,9417
Ibirapuã	Nestlé	1,6643
Iguaí	Leite Glória do Nordeste	2,4965
	Betânia	1,1096
	CCLB	2,0804
	Nestlé	5,5478
Ipiaú	Betânia	1,3870
Porto Seguro (Itabela)	Leite Vida	0,6935
Itabuna	Coograp	4,1609
	Nestlé	1,1096
Itaju do Colônia	Leite Glória do Nordeste	1,9417
Itanhém (Batinga)	Parmalat	0,6935
Itamaraju	Nestlé	3,1908
Itambé	Leite Glória do Nordeste	2,4965
Itapebi	Nestlé	2,7739
Itapetinga	Cooleite	2,7739
	Leite Glória do Nordeste	2,0884
Itarantim	Nestlé	2,7739
Itororó	Parmalat	2,7739
Jacobina	Parmalat	1,6643
Jequié	Nestlé	2,0884

Continua...

## Continuação

Município	Empresas	%
Jeremoabo	CCLB	2,0884
	Buril	0,6935
Lagedão	Nestlé	1,6643
Macajuba (Nova Cruz)	Betânia	0,5548
Macarani	Nestlé	1,6643
Maiquinique	Leite Glória do Nordeste	4,1365
Medeiros Neto	Nestlé	5,5478
Mundo Novo	Parmalat	2,4965
Nova Canaã	Betânia	1,1096
Pau Brasil	Coograp	1,1096
Pintadas	CCLB	1,1096
Pojuca	Fundação José Carvalho	0,5548
Potiragua	Leite Glória do Nordeste	2,4965
Riachão do Jacuípe	CCLB	1,3870
	Parmalat	1,1096
Ribeira do Pombal	CCLB	1,3870
Encruzilhada (Ribeirão do Largo)	Cooleite	1,1096
Rui Barbosa (M. das Flores)	CCLB	0,5548
Santo Antonio de Jesus	CCLB	0,4161
Senhor do Bonfim	Parmalat	1,8030
Teixeira de Freitas	CCLB	2,7739
	Laticínio Paladar	0,9708
Teodoro Sampaio	CCLB	1,1096
Vitória da Conquista	Parmalat	0,5548
	<b>TOTAL</b>	<b>100,0000</b>

Fonte: Parmalat.